

De: Alcidiney Aparecido Abreu

Para: Senhor Diretor Presidente André Borges de Souza

**Aos cuidados do Sr. Pregoeiro da Companhia de Saneamento Municipal
de Juiz de Fora – Cesama,**

Pregão Eletrônico nº 042/18

TELEFÔNICA BRASIL S/A, Companhia Aberta, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 1376, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.558.157/0001-62, NIRE nº. 35.3.001.5881-4, vem, por seus representantes que abaixo subscrevem, em com fundamento no inciso XVIII do artigo 4º, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, apresentar

CONTRARRAZÕES
AO RECURSO ADMINISTRATIVO

formulado por TIM CELULAR S/A em face dos atos que declararam a Telefônica Brasil vencedora do lote 01 da licitação em referência, pelos seguintes fundamentos:

I – TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade das contrarrazões, considerando que a data limite para registro indicada na ata do pregão é 16/05/2018.



II – IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE.

O pregão em referência tem por objeto o seguinte:

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de Telefonia Móvel, SMP (Serviço Móvel Pessoal), para uso dos servidores da CESAMA, com o fornecimento de chips novos, de acesso móvel pós-pagos, e de aparelhos pelo período de 12 (doze) meses conforme especificações nos anexos do edital (LOTE 1), e contratação de duas empresas fornecedoras de solução para tráfego de dados M2M especial (Máquina a Máquina), utilizando-se da tecnologias General Packet Radio Service – GPRS, EDGE, 3G, LTE ou superior, sendo alguns com redundância de outra operadora e o fornecimento, de SIM cards associados a plano pós-pagos de serviços, respeitando as determinações da regulamentação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de APN (Access Point Name) dedicada e privada, a sua conectividade com os sistemas e dados da CESAMA e sistema de gestão da planta de SIM cards ativos (LOTE 2) e (LOTE3)

A Tim foi desclassificada e a Telefônica foi declarada vencedora do Lote 01, em face do que a empresa Tim registrou intenção de recorrer, nos seguintes termos:

Motivo Intenção:A TIM Celular S.A manifesta intenção de apresentação de recursos pelos seguintes motivos: 1) Apresentaremos recurso contra a desclassificação da proposta comercial apresentada pela Tim Celular S.A; 2) Apresentaremos recurso contra a Aceitação da proposta comercial apresentada pela Telefônica S.A.

Motivo Aceite ou Recusa:Diante dos entendimentos jurisprudenciais de que não compete à Pregoeira decidir o mérito do recurso em vista das razões sucintamente apontadas pelos licitantes na sessão pública, a Pregoeira acata a manifestação.

Preliminarmente, cumpre registrar que o recurso poderia, sim, ser recusado pela Sra. Pregoeira, tendo em vista que a manifestação não apontou motivação. Não é suficiente que se registre intenção recursal apenas indicando-se o resultado que se pretende obter. A motivação exigida na lei pressupõe a indicação, ainda que sucinta, de fundamentos. Conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o tema:

(...) a finalidade da norma, ao autorizar o pregoeiro examinar previamente a admissibilidade do recurso, é afastar do certame aquelas manifestações de licitantes de caráter meramente protelatório, seja por ausência do interesse de agir, demonstrada pela falta da necessidade e da utilização da via recursal, seja por



não atender aos requisitos extrínsecos, como o da tempestividade. (...) 11. Não se trata aqui de um exame do mérito do recurso, visto que esse cabe ao superior, mas de verificar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento. Esta é a melhor exegese da expressão “motivadamente” contido no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, pois são inúmeros os casos em que o próprio pregoeiro tem plenas condições de negar seguimento ao recurso em um exame simples dos fundamentos apresentados. Cabe ao interessado não esgotar os seus fundamentos, mesmo porque os prazos concedidos não podem ser excessivamente dilatados para esse fim, mas deve, dentro do possível apresentar motivação que demonstre o mínimo da plausibilidade de seus argumentos que justifique o seguimento do recurso”. (...) (TCU Acórdão 339/2010 – Plenário) (grifos nossos)

(...) 29. Assim, a exigência de motivação da intenção de recurso pressupõe a indicação do ponto que deve ser revisto, segundo a concepção de quem recorre. Requer que se aponte de maneira específica quais preceitos legais ou quais regras do edital teriam sido efetivamente infringidos (nesse sentido o entendimento da Egrégia Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no julgamento de Apelação interposta nos autos do processo 0007304-66.2009.4.02.5101). (TCU Acórdão 1.148/2014-Plenário) (grifos nossos)

O entendimento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mencionado pelo TCU, esclarece que “A Lei nº 10.520/2002, em seu art. 4º, XVIII, exige que a intenção de recorrer seja motivada, devendo ser rechaçada a premissa de que a motivação deveria ser apresentada tão-somente por ocasião das razões de recurso. Tal exigência de motivo tem por finalidade obstar manifestações nitidamente protelatórias ou nas quais não haja interesse de agir”. (TRF-2 - AC: 200951010073049, Relator: Desembargadora Federal MARIA ALICE PAIM LYARD, Data de Julgamento: 29/08/2011, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 05/09/2011)

A finalidade é evitar o recurso meramente protelatório, por meio do qual a licitante recorre em termos genéricos para, depois, buscar fundamentos quaisquer para apresentar suas razões. Neste contexto, o recurso da TIM não merecia passar pelo juízo de admissibilidade.

Isto posto, passa-se aos argumentos do recurso. Em síntese, a Tim volta-se contra a sua desclassificação e pede a desclassificação da Telefônica, mediante a utilização de argumentos contraditórios entre si. Em



outros termos, a recorrente invocou a proporcionalidade e a razoabilidade para que fossem desconsideradas as incompatibilidades da sua proposta em relação às regras do edital e exigiu rigor exacerbado para o julgamento da proposta da recorrida, criando um formalismo que não existe em normas do edital.

Em seu favor, a recorrente alega que *"ocorreu um erro material na Proposta onde a capacidade de cartão de memória solicitada era de 256GB e foi informado 128 GB"*. Erro material é aquele que diz respeito à matéria, ao conteúdo da proposta. A alteração das especificações implica na alteração dos preços, tais quais foram propostos pela licitante e, por isso, é vedada pelo art. 43, § 3º da Lei 8.669/1993 a *"inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta"*.

Contra a classificação da recorrida, a Tim serve-se de tese em sentido oposto, invocando o mesmo princípio da vinculação ao instrumento convocatório que determinou a sua desclassificação. Não demonstrou, porém, a regra do edital que teria sido descumprida pela Telefônica ou pela Sra. Pregoeira.

As razões da recorrente são de difícil entendimento, neste ponto. Não existe descrição suficiente daquilo contra o que, exatamente, se estaria recorrendo.

Conforme registrado na ata, houve *"Aceite individual da proposta. Fornecedor: TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62, pelo melhor lance de 0,1000% e com percentual negociado a 2,0000%%. Motivo: Valor negociado via chat"*.

A proposta foi aceita e o percentual negociado. O desconto é linear sobre os itens da planilha de orçamento, observados os arredondamentos impostos pelo item 5.3 do edital e os ajustes facultados ao pregoeiro:

5.3 Todos os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país (Real) e com no máximo 02 (duas) casas decimais.
5.3.1 Após a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá ajustar os valores unitários conforme item 5.3, em virtude dos valores totais ofertados para os itens/lotes.



Ainda que houvesse falha (que a recorrente não identificou), a solução se daria pela mera aplicação de cálculos matemáticos e das regras do edital, sem alteração do objeto que foi proposto.

No caso concreto, não se verifica qualquer incompatibilidade com o edital. A proposta ajustada observou o desconto negociado e a limitação do edital a duas casas decimais.

O recurso interposto, portanto, tem características puramente protelatórias, no que tange ao pedido de desclassificação da proposta da Telefônica, merecendo ser-lhe negado provimento.

III - REQUERIMENTO

Por todos estes motivos, a **TELEFÔNICA BRASIL S/A** requer ao Pregoeiro (ou a qualquer outra autoridade competente) que **negue provimento ao recurso apresentados por TIM CELULAR S/A**, mantendo-se integralmente a decisão proferida na sessão pública do Pregão.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

De São Paulo para Juiz de Fora, 16 de maio de 2018.

TELEFÔNICA BRASIL S/A

Nome do Procurador: **ALCIDINEY APARECIDO ABREU**
CPF: 06591877606
RG: MG12888733 SSPMG

